

que p. 3 -
**Petista quer reforma
ampla no Judiciário**

A criação de um tribunal destinado exclusivamente ao julgamento de questões constitucionais e a instituição da Justiça Agrária são algumas das propostas que o relator da Subcomissão do Poder Judiciário da Constituinte, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) vai apresentar.

Sampaio sintetizou seu relatório, concluído na tarde de ontem, em três vertentes: autonomia do Poder Judiciário, inclusive financeira; participação popular das decisões da Justiça; destaque para o julgamento de questões constitucionais. Ele disse que as audiências públicas realizadas pela subcomissão do Judiciário constataram que a situação da justiça no país é caótica.

A Justiça do Trabalho, segundo Sampaio, terá de passar por modificações profundas. Uma de suas propostas é unificar nos Tribunais Regionais do Trabalho todas as causas referentes a relações trabalhistas de empresas privadas e públicas, desde contratos até acidentes.

9 1 MAI 1987
Outra proposta do relator da Subcomissão do Judiciário é o reconhecimento do poder normativo dos Tribunais do Trabalho, de modo que uma sentença favorável a um empregado seja estendida automaticamente a todos os outros que tenham reclamação idêntica, sem necessidade de novo julgamento. Os atuais juízes classistas seriam substituídos por conselheiros de empregados e empregadores, que dariam parecer em todas as causas.

No que se refere ao Tribunal Constitucional, Sampaio disse que com sua criação o Supremo Tribunal Federal ficaria limitado a questões de aplicação das leis. Uma alternativa seria a incorporação do novo tribunal ao Supremo, que passaria a apreciar questões cíveis só em casos excepcionais.

O projeto do deputado Vivaldo Barbosa é radical, pois prevê a extinção do Supremo. As questões envolvendo interpretação do texto constitucional ficariam afetas a um tribunal de nove membros: três eleitos pelo Congresso; três indicados pelo presidente da República; um pelos magistrados; outro pelos advogados; e o último pelos procuradores e promotores.

"Depois dos governos militares, o Congresso já se purificou com eleições, o Poder Executivo vai passar por eleições diretas e só a Justiça continuará nos ares do autoritarismo. Todos os atuais ministros do STF fizeram carreira na ditadura. Alguns foram indicados pelo presidente Medici. Acho que eles devem ser colocados em disponibilidade ou optar por alguns dos tribunais superiores especializados que minha proposta prevê: Tribunal Superior do Trabalho (que já existe), Superior Criminal e Superior Administrativo-Tributário", justificou Vivaldo.